

TRABALHADORES LIVRES NO “BAIXO PARAGUAI” DO IMPÉRIO DO BRASIL

Divino Marcos de Sena¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal apresentar um breve panorama sobre a presença e participação de trabalhadores livres e pobres na região que era conhecida, no século XIX, como Baixo Paraguai. Nesse sentido, procuro, primeiramente, caracterizar aquele território pertencente à capitania e depois província de Mato Grosso, bem como as características da sua população para o período que antecede a Guerra do Paraguai (1864-1870). Feito isso, discuto a presença de homens livres e pobres no desenvolvimento de algumas atividades. A proposta do presente estudo é demonstrar que mesmo presentes numa sociedade escravista, homens livres e pobres tiveram participação na dinâmica da região.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores livres e pobres; “Baixo Paraguai”; século XIX.

ABSTRACT: This article’s main objective is to present a brief overview about the presence and participation of free workers and poor in the region that was known in the nineteenth century, and Lower Paraguay. In this sense, seek, first, that characterize the territory belonging to the captancy and then the province of Mato Grosso, as well as the characteristics of its population for the period before the Paraguayan War (1864-1870). That done, discuss the presence of free men and the poor in developing some activities. The purpose of this study is to demonstrate that even present in a slave society, free men and had poor participation in the dynamics of the region.

KEYWORDS: free workers and poor; Low Paraguay; nineteenth century.

¹ Mestre em História pela UFGD.

A REGIÃO

A região pertencente aos atuais municípios de Corumbá e Miranda faz parte da Bacia do Alto Paraguai. No século XIX, essa mesma região era denominada de Baixo Paraguai, informação que pode ser obtida nos relatórios e correspondências de governantes, relatos de viajantes, processos judiciais, crônicas e outras fontes produzidas naquele momento histórico.

O Baixo Paraguai, utilizando a denominação da época, era caracterizado como uma faixa que servia para proteger, num primeiro momento, as possessões portuguesas das ameaças castelhanas, e depois como um bloqueio às possíveis invasões da República Paraguaia no Império do Brasil. Esse caráter de defesa já poderia ser observado quando foram criadas as primeiras instalações na região, com a fundação de povoados e a construção de fortificações e destacamentos militares, contexto em que se insere a fundação de Coimbra (1775), Albuquerque em 1778 (depois denominada Corumbá), e Miranda (1797).

Esses lugares foram criados no final do século XVIII, e seu crescimento e ocupação foram lentos. Nas primeiras décadas do século XIX, eles não passavam de simples povoados com certa força militar e pequena população. Em 1826, Hercules Florence descreveu a povoação de Albuquerque como uma localidade situada a margem direita do rio em um terreno alto, com “quatro lances de casas em torno de uma praça, uma capelinha intitulada igreja e uma casa para os oficiais de primeira linha”, isso, segundo aquele viajante, constituía o povoado. Na mesma década, Luiz D’Alincourt caracterizou o lugar de maneira semelhante, como um “largo retangular, com uma capela no fundo, e o Quartel do Comandante no princípio, e ao seu cumprimento tem mais uma rua de cada lado, ambas pouco povoadas”².

No povoado de Miranda, em 1828, existia o presídio que era um reduto retangular, e a presença do quartel e armazém. Próximas às instalações militares estavam casas de pessoas civis que moravam naquele lugar³.

Em 1828, a região do Baixo Paraguai fazia parte do 4º Distrito da província de Mato Grosso, que compreendia em

[...] princípio, pelo norte, no morro Escalvado, junto ao rio Paraguai, servindo-lhe de extrema, também por este

² ALINCOURT, L. D'. Resultado dos trabalhos de indagações statisticas da província de Mato-Grosso, Secção Segunda, p. 46.

³ ALINCOURT, L. D'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D’Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, p. 341.

lado, o rio São Lourenço; e pelo Meio dia vai terminar nos rios Apa e Negro; estendendo-se para o Oriente até Camapuã, rio Vermelho, uma das cabeceiras do Pardo e parte do Coxim, e para o ocidente finda nas Serras de Limites e de Albuquerque; e na extensa baía Negra.⁴

Esse distrito envolvia basicamente quase todo sul da Província, terras que pertencem hoje ao Estado de Mato Grosso do Sul. Quanto ao território civil, as povoações de Albuquerque e Miranda faziam parte do Termo do Cuiabá⁵, distribuição que foi mudando a partir do crescimento da população em algumas localidades da Província.

No final da década de 1830 a província de Mato Grosso possuía duas Comarcas⁶, quatro Termos ou Municípios, sendo eles: de Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Cada Termo estava dividido em distritos, totalizando treze em todo o território, como fica demonstrado na tabela seguinte

Tabela 1: Divisão Territorial da província de Mato Grosso - 1839

Comarcas	Termos	Distritos
1ª Comarca de Cuiabá	Cuiabá	1º Cuiabá; 2º Nossa Senhora de Brotas; 3º Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo; 4º Nossa Senhora do Livramento; 5º Santa Ana da Chapada; 6º Albuquerque; 7º Miranda; 8º Santana do Paranaíba.
	Diamantino	1º Vila de Diamantino; 2º Nossa Senhora do Rosário do Rio Cuiabá acima.
2ª Comarca de Mato Grosso	Poconé	1º Vila de Poconé; 2º São Luiz de Vila Maria.
	Mato Grosso	1º cidade de Mato Grosso.

Fonte: *Fala com que o Presidente da província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléa Provincial no dia 2 de março de 1839*, p. 87.

⁴ ALINCOURT, L. D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso, Secção Primeira, p. 97. A província de Mato Grosso naquele ano estava dividida em cinco grandes distritos, a saber: 1º Distrito do Cuiabá; 2º Distrito da Serra da Chapada; 3º Distrito do Diamantino; 4º Distrito da Fronteira do Paraguai e 5º Distrito do Mato Grosso. Segundo Alincourt, essa divisão respeitava a natureza do seu terreno e aspecto do território provincial.

⁵ Em 1828, a província de Mato Grosso formava uma comarca dividida em três termos (1º do Cuiabá, 2º do Mato Grosso, 3º do Diamantino). ALINCOURT, L. D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso, Secção Segunda, p. 39.

⁶ Essas Comarcas foram criadas pela Lei Provincial N° 6 de 24 de abril de 1838. MAPA das comarcas, termos e distritos da província de Mato Grosso. In: *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849*.

Os distritos estavam subordinados às cidades e vilas com os mesmos nomes dos seus respectivos Termos. O número maior de distritos estava localizado nas regiões que foram impulsionadas ou que estiveram próximas às lavras auríferas e/ou de diamantes. Sendo assim, com pode ser observado, o território provincial tinha outra organização. Foi criado o termo de Poconé, e Albuquerque e Miranda já possuíam seus respectivos distritos.

A Lei Provincial de 30 de junho de 1847 incorporou ao município da vila de Poconé as freguesias de Nossa Senhora da Conceição Albuquerque, de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, e de Santa Ana do Paranaíba (ou Santana do Paranaíba) que pertenciam ao município de Cuiabá⁷.

Nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, as freguesias de Santa Ana do Paranaíba, de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque foram elevadas à categoria de vila⁸. Essas medidas fazem parte das transformações que estavam ocorrendo no território sul da província de Mato Grosso, como por exemplo, o crescimento e a exportação, para as províncias de Minas Gerais e São Paulo, de gado bovino proveniente do Planalto Sul, criados nas propriedades próximas a Santa Ana do Paranaíba⁹, e pela abertura da navegação no rio Paraguai.

Em 6 de abril de 1856, foi franqueada a navegação dos rios Paraguai e Paraná pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Albuquerque ficou como porto limite para a circulação de navios de maior calado e estrangeiro. E como afirmou o presidente Augusto Leverger, no relatório apresentado à Assembléia Legislativa: “antes de retirar-me da fronteira deixei uma embarcação mercante Paraguaia descarregando na povoação de Albuquerque (Corumbá) habilitada para o comércio estrangeiro pelo Decreto de 11 de Abril de 1853”¹⁰.

⁷ *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849*, p. 4.

⁸ *Relatório com que entregou a administração desta Província o Excmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osório, vice presidente ao Excmo. Sr. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo De Lamare em 28 de fevereiro de 1858*.

⁹ LUCÍDIO, J. A. B. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois*.

¹⁰ *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856*, p. 4.

No ano de 1853 a Província já recebia embarcações a vapor¹¹ e o referido tratado confirmava a liberação da região para a navegação. Albuquerque, também chamada de Corumbá¹², passou a conhecer certo crescimento econômico, e o Governo Provincial buscava criar condições, dentre elas a elevação da freguesia em vila, para que aquela localidade pudesse abrigar tais transformações. Esse crescimento era reconhecido por parte das autoridades, que viam Albuquerque como um lugar promissor, que em breve tempo viria a tornar-se o principal empório do comércio da Província¹³.

Em 1862, o lugar já possuía 36 casas edificadas, 29 em construção, 109 ranchos cobertos de palha e mais 266 concessões de lotes de terra para outras edificações urbanas. Além dessas, existia uma pequena capela, um quartel de corpo de Artilharia e uma enfermaria do mesmo corpo, um barracão que servia de Alfândega, um armazém da Marinha e um edifício em construção para depósito de artigos bélicos¹⁴.

Porém, essas transformações foram abaladas com início da Guerra contra a República do Paraguai (1864-1870), momento em que a região foi tomada pelas forças paraguaias. A navegação a vapor só foi retomada com o fim daquele conflito.

Sendo assim, até o início da Guerra do Paraguai, Albuquerque e Miranda eram os principais núcleos na região do Baixo Paraguai. Próximas a elas estavam ambientes rurais, compostos por fazendas e sítios com plantação de alguns gêneros alimentícios e/ou criação de gado. Este último esteve bastante presente nas propriedades locais, e já por volta de meados do século XIX encontrava-se difundido nos pastos do Pantanal.

¹¹ “Em novembro último foram pela primeira vez soleadas as águas do Paraguai brasileiro por embarcação movida a vapor. O navio Water Wach, enviado pelo Governo dos Estados Unidos em exploração científica, chegou até o porto de Albuquerque, habilitado para o comércio estrangeiro pelo Decreto N. 1140 de 11 de abril de 1853”. *Relatório do Presidente de Mato Grosso, Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854*, p. 4-5.

¹² No decorrer da primeira metade dos oitocentos Albuquerque também aparece em algumas fontes como Corumbá.

¹³ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*, p. 40.

¹⁴ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*, p. 40.

POPULAÇÃO

O povoamento do Baixo Paraguai, assim como de todo o sul de Mato Grosso, foi tardio e lento se comparado com as regiões próximas às lavras auríferas. O ouro encontrado nas primeiras décadas dos setecentos atraiu pessoas para as bacias dos rios Cuiabá e Guaporé em maior escala do que para as outras regiões, e essa supremacia populacional parece ter permanecido por toda primeira metade do século XIX¹⁵.

Em 1800, a população da Guarnição da Fronteira do Paraguai era de 317 indivíduos, que somada aos 220 moradores da mesma faixa de fronteira totalizavam em 537 pessoas¹⁶. Além desses dados, existiam grupos indígenas que eram os moradores mais antigos e que não foram incluídos nos levantamentos populacionais, já que estavam situados em suas comunidades fora dos núcleos não-índios.

Em 1818, a população das instalações do Baixo Paraguai parece ter aumentado, totalizando 793 pessoas¹⁷. Esse crescimento continuou nas décadas posteriores como pode ser observado na tabela seguinte.

Tabela 2: População do Baixo Paraguai

Ano	Albuquerque		Miranda		Total		
	Livres	Escravos(as)	Livres	Escravos(as)	Albuquerque	Miranda	
1839	431	37	568	68	468	636	1.104
1849	1.839	55	530	178	1.894	708	2.602
1862	1.100	500	720	100	1.600	820	2.420

Fontes: *Fala com que o Presidente da Província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléa Provincial* no dia 2 de março de 1839, p. 87; *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial* em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 31; *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*. Cuiabá, Typ. Do Matto-Grosso, 1864, p. 35.

¹⁵ SENA, D. M. de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*.

¹⁶ *Extracto do mappa de população de 1800*, p. 281.

¹⁷ Descrição Estatística da Capitania de Mato Grosso no ano de 1818, p. 313.

Conforme os dados da tabela 1, entre 1839 e 1849 a população do Baixo Paraguai cresceu mais de 100%. Esse aumento foi observado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque e seu entorno tanto para a população livre como para a escrava. Já com relação à freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e entorno, a população livre obteve uma pequena diminuição, enquanto que para os cativos o número quase triplicou.

Em 1839, das 468 pessoas arroladas em Albuquerque, 187 eram homens e 244 eram mulheres livres, além de 24 escravos e 13 cativas. O que demonstra a expressiva superioridade feminina naquela localidade, bem como a presença de cativos (as) nas residências da freguesia e propriedades rurais. Em Miranda, a superioridade do número de mulheres livres (298) em relação aos homens naquela mesma condição (270) foi menor, mas não deixou de ser verificada. Já a quantidade de escravos era superior em relação a Albuquerque, computando 39 escravos e 29 escravas.

No início da década de 1860, a população livre da vila Albuquerque parece ter sofrido uma pequena diminuição em relação ao ano de 1849. Já a população escrava cresceu significativamente. Para a vila de Miranda a situação foi contrária, a população livre aumentou e a escrava diminuiu.

Para o ano de 1849, a população de Albuquerque estava distribuída em 634 fogos, e a de Miranda em 192 núcleos residenciais/familiares. Em 1862, o número de fogos era maior para os dois lugares, sendo 800 para Albuquerque e 240 para Miranda, o que evidencia o surgimento de novos núcleos familiares.

Porém, é preciso considerar que esses dados apresentados são números aproximados e nunca precisos. As dificuldades de levantar o total da população das diferentes localidades, e consequentemente da Província era uma realidade no Mato Grosso daquele momento histórico. Percorrer os espaços habitados era dificultado pelas características da região, bem como a ausência de pessoas destinadas especificamente para desenvolver tal serviço. O mesmo era feito por indivíduos que tinham outras funções, como por exemplo, chefes de polícia, militares e membros da igreja. As autoridades sabiam dessa dificuldade, e reconheciam que “os dados precisos para fazer o recenseamento da população, desde logo conhece que mui pouca, ou nenhuma confiança se pode ter na sua exatidão”¹⁸. Porém, mesmo sabendo dessas dificuldades, essas são as informações disponíveis, e que ao menos nos servem para refletir sobre a população do Baixo Paraguai.

¹⁸ *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculanô Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*, p. 32.

O Presidente de Província Herculano Ferreira Penna, em relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial, expõe outros números para o povoado de Albuquerque, conforme o recenseamento feito pelo Comandante do Distrito Militar do Baixo Paraguai, o Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, datado de 5 de abril de 1861. Segundo esse levantamento, os números de habitantes eram os seguintes:

Tabela 3: População de Albuquerque em 1861

Habitantes	
Brasileiros, inclusive 316 Oficiais e Praças do Corpo de Artilharia	1.187
Italianos	29
Franceses	26
Alemães	2
Espanhóis	6
Argentinos	2
Corrientinos	4
Orientais	9
Bolivianos	3
Americanos	3
Escravos	44
Total	1.315

Fonte: *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862*. Cuiabá, Typ. Do Matto-Grosso, 1864, p. 39.

De acordo com as informações da tabela anterior, a população de Albuquerque era de 1.315 pessoas no ano de 1861, ou seja, 285 indivíduos a menos que no ano seguinte. Significativo foi o número de estrangeiros presentes naquele povoado, resultado da abertura da navegação do rio Paraguai. Esse crescimento considerável dos habitantes no período de um ano, possivelmente foi propiciado pela chegada de novas pessoas em Albuquerque. Nesse sentido, a população daquela localidade crescia gradativamente. Esse aumento foi enfatizado pelo Presidente de Província Herculano Ferreira Penna.

O que se pode afirmar, por ser visível e incontestável, é que a Capital [Cuiabá], Vila Maria, Vila de Santa Ana do Paranaíba, e a Povoação de Albuquerque, hoje mais conhecida pelo nome de Corumbá, são os lugares da Província que nestes

últimos tempos mais tem crescido em população e comércio, [...].¹⁹

No Baixo Paraguai, assim como nos demais lugares da Província, encontravam-se pessoas com diferentes características físicas/descendência. A presença de mestiços, brancos, negros livres e escravos, e indígenas era uma realidade. Em 1826, Hercules Florence ressaltava que em Albuquerque tinha visto de quatro a cinco brancos, e o restante da população era de índios e mestiço, incluindo caborés e crioulos²⁰. E em 1824, os habitantes de Miranda estavam compostos por brancos, pardos (mestiços) e escravos, além de indígenas que moravam nas proximidades do Presídio²¹.

Com a abertura da navegação a vapor, estrangeiros provenientes da Europa, da América do Norte, do Oriente e de países vizinhos ao território Imperial passaram a compor, também, a população de Albuquerque.

Nessa perspectiva, os dados até agora apresentados nos revelam que a população do Baixo Paraguai cresceu durante a primeira metade do século XIX, e que a presença de livres e escravos era uma realidade nas freguesias e propriedades locais. Próximas aos povoados de Miranda e Albuquerque surgiam ambientes rurais com plantação de alguns gêneros alimentícios e criação de animais. Nesses espaços já poderia ser observada a presença de homens livres e pobres que vendiam sua força de trabalho.

TRABALHADORES LIVRES E POBRES NO BAIXO PARAGUAI

Nas últimas décadas da primeira metade do século XIX, o gado atingiu certa expansão nas terras do Baixo Paraguai. Esse crescimento foi favorecido, entre outros, pelas condições do terreno – já que os campos pantaneiros são promissores para o criatório, com boa qualidade das pastagens, da salinidade do solo e da aptidão para o desenvolvimento da pecuária – e pela instalação de famílias provenientes de outras localidades da província de Mato Grosso e que formaram propriedades na região²².

¹⁹ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Excm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862, p. 37.

²⁰ FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 135.

²¹ ALINCOURT, L. D'. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, p. 341.

²² ESSELIN, Paulo Marcos. *A Pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*, p. 165-167.

Algumas das propriedades rurais instaladas contavam com a mão de obra livre e escrava para os afazeres de lavoura e criação. Quanto aos trabalhadores livres, algumas perguntas surgem sobre essa modalidade de trabalho presente numa sociedade escravista, como por exemplo, quem eram esses sujeitos que nem sempre aparecem nas fontes históricas de forma direta? Quais atividades desenvolviam nas propriedades rurais? Quais eram suas características e modos de vida?

Ao pesquisar algumas fontes produzidas sobre a região ora em destaque, pistas sobre esses indivíduos pipocam em diferentes contextos. Eles estavam inseridos nas atividades de lavoura, na criação de gado vacum, na navegação fluvial, no policiamento da propriedade do contratante, e na realização dos mais diversos tipos de atividade que pudessem aparecer no cotidiano de trabalho, como caçar, pescar, abrir e reconhecer vias de comunicação etc.

Nos últimos anos a historiografia vem contemplando o estudo de pessoas que não eram senhores (grandes proprietários de terras e/ou de escravos, comerciantes, políticos, membros das elites em geral) e nem cativos, são os chamados livres e pobres. Estes eram homens e mulheres, criança, jovens, adultos ou idosos, e que possuíam diferentes padrões de pequenas posses ou mesmo ausência total delas. É nessa camada da população da sociedade escravista que pode ser buscada a presença de homens que vendiam sua força de trabalho, ou se agregavam junto às propriedades rurais localizadas nas imediações das freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque e de Nossa Senhora do Carmo de Miranda.

A região do Baixo Paraguai, como citada anteriormente, era ocupada por diversos grupos indígenas que, com o processo de colonização nos séculos XVIII e XIX, gradativamente diminuiu. Essa diminuição foi decorrente, entre outros fatores, das investidas dos colonizadores contra os índios que resistiam à presença de portugueses/brasileiros na região, como por exemplo, os Guaicurú e Paiaguá. Além desses, havia outros grupos que não apresentaram forte resistência à presença do colonizador, dentre eles estavam os Guaná, os Layana, os Guató etc. Alguns indígenas foram gradativamente incorporados à sociedade dos não-índios, é nesse contexto que podemos verificar suas presenças e/ou de seus descendentes como empregados ou agregados nas propriedades rurais e nas povoações de Miranda e Albuquerque.

A presença e participação dos Guaná eram marcantes em Albuquerque, na cidade de Cuiabá e nas suas circunvizinhanças. Em 1828, existiam 1.319 índios daquele grupo na Aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia do Baixo

Paraguai²³. Em Cuiabá os Guaná poderiam ser encontrados na realização de diversos tipos de atividades, seja na navegação fluvial ou nas propriedades rurais, por exemplo.

Em 1846, Augusto Leverger noticiava que a aldeia da tribo Guaná estava a menos de uma milha de distância da freguesia de Albuquerque e que tinha pouca gente, já que grande porção dos seus habitantes tinha formado outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade do mesmo nome²⁴. Os Guaná que habitavam as margens do rio Paraguai foram reunidos, em 1819, na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Nesse mesmo período, já era visível sua participação na sociedade cuiabana no comércio, na agricultura, na confecção de produtos artesanais e na prestação de serviços. Entre os anos de 1843 e 1844, a maioria dos Guaná de Albuquerque migrou para Cuiabá e ali se fixaram à margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral²⁵.

No Baixo Paraguai e em Cuiabá, segundo Augusto Leverger, “os índios dessa nação costumam ajustar-se como jornaleiros”. Jornaleiro era aquele que trabalhava por jornal, que é a paga que se dá por um dia de trabalho²⁶. Nesse sentido, os Guaná firmavam acordos de trabalho para desenvolver algumas atividades. Leverger ainda afirma que eram eles que tripulavam boa parte das canoas que seguiam na navegação da Província, no interior e fora dela²⁷.

A participação indígena nas propriedades rurais também foi verificada em outras localidades do Baixo Paraguai. Nas proximidades da freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, alguns layana, guaicuru e guachim viviam como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas²⁸.

O agregado na sociedade escravista, de maneira geral, era aquele que morava nas dependências de outrem. Nesse caso, agregado poderia ser alguém que possuía laços parentais ou não com o dono da residência/propriedade.

Ao ser acolhido por outra pessoa, o agregado teria no mínimo um local para se abrigar. Além do abrigo, poderiam ser adicionadas condições para

²³ ALINCOURT, L. D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso, Secção Segunda, p. 54.

²⁴ LEVERGER, A. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná, p. 222.

²⁵ SILVA, V. C. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*.

²⁶ BLUTEAU, R. de. *Vocabulário português e latino – 1712-1728*.

²⁷ LEVERGER, A. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná, p. 222.

²⁸ ELLIOT, J. H. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847, p. 172.

desenvolver o plantio e/ou empregar-se para prestar serviços em propriedades situadas nas vizinhanças.

A relação e dependência entre o agregado e a pessoa que o agregou poderiam ser contínuas. Em troca do local de moradia, o agregado poderia desenvolver algumas atividades de trabalho durante alguns dias da semana na propriedade em que estava estabelecido, da mesma forma que poderia plantar gêneros e/ou criar animais, devendo disponibilizar parte da produção para o proprietário da terra.

Quanto à pessoa que agregava, esta teria não apenas mão de obra para realizar alguns afazeres em sua casa/propriedade, com também poderia firmar relações de dependência a partir das trocas de favores e/ou pela dominação pessoal. Mas, isso não significa dizer que a relação entre as duas esferas eram sempre amistosas, já que conflitos poderiam surgir no decorrer das ações cotidianas. Além disso, nem todos os agregados (as), assim como demais livres e pobres, eram totalmente dependentes de outrem, e não deixavam de lutar por seus anseios e para satisfazerem suas vontades pessoais.

Sendo assim, a figura do agregado estava presente nas propriedades rurais do Baixo Paraguai. Esse mecanismo era utilizado por proprietários locais para garantir força de trabalho, assim como foi um meio encontrado por livres e pobres, dentre eles, indígenas e seus descendentes para conseguirem sobreviver numa sociedade escravista.

A ocupação de camarada foi também uma forma de sobrevivência encontrada por pessoas livres e pobres. Camarada era um trabalhador livre ou liberto, que era contratado para desenvolver uma determinada atividade. Os acordos de trabalho poderiam ser temporários ou não. E os trabalhadores assim definidos poderiam saber algum ofício específico, sendo contratados para tal, ou empregados para desenvolver atividades diversas²⁹.

Os camaradas estavam presentes no território de Mato Grosso no desenvolvimento das mais variadas atividades. Durante a primeira metade do século XIX, eles estavam empenhados nos serviços de lavoura, de policiamento particular, nas propriedades com criação de gado vacum e cavalari, na extração de erva medicinal como a ipecacuanha, nas explorações pelo território, nas bandeiras punitivas aos ataques indígenas, na navegação fluvial, na condução de tropa etc. Nos contextos urbanos e rurais eles tiveram participação³⁰.

²⁹ SENA, D. M. de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*.

³⁰ SENA, D. M. de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*.

Esses sujeitos estavam presentes em diferentes relações tecidas no cotidiano. Distintas também eram as características físicas desses indivíduos, já que eles poderiam ser brancos, mestiços, indígenas, negros libertos ou afrodescendentes³¹. Essa complexidade existiu no território da província de Mato Grosso, e não foi diferente no Baixo Paraguai.

Os camaradas poderiam ser encontrados em propriedades que tivessem ou não a presença de cativos. Em alguns momentos eles trabalhavam lado a lado com a escravaria, ou poderiam estar voltados para a fiscalização da mesma.

Joaquim José Gomes da Silva, em 1847, estabeleceu-se na região do Baixo Paraguai com extensa propriedade que se estendia desde a morraria do Urucum até os pantanais do Taquari, Paraguai, Jacadigo, Aquidauana e outros. Ele fundou a Fazenda das Piraputangas e firmou residência não muito distante de Albuquerque. Sua propriedade rural passou a ter importância na região, abastecendo parte dos víveres consumidos na freguesia mais próxima³².

Joaquim José Gomes da Silva, que depois recebeu o título de Barão de Vila Maria, era natural da província de Mato Grosso, e já se auto-declarava, em 1850, lavrador, fazendeiro e proprietário. Naquele ano, ele argumentava possuir “dezesseis escravos destinados à agricultura, e uma fazenda de gado em começo com mil e tantas cabeças, tendo apenas quatro camaradas, inclusive o seu administrador”³³.

Conforme as informações fornecidas por Joaquim José Gomes da Silva, além de cativos ele possuía empregados livres que tinham por ocupação a de camarada e administrador. Os primeiros estavam destinados aos cuidados do gado, e o segundo era responsável pela fiscalização e controle de tudo que girava em torno da propriedade, mantendo assim o patrão informado do que acontecia na mesma.

Os camaradas daquele proprietário estavam empenhados nos serviços de vaqueiro que se refere, de maneira geral, à condução e trato do gado. Era uma modalidade de trabalho desenvolvida, também, por livres pobres, mas isso não isenta a presença de cativos. Aliás, alguns senhores procuravam evitar a utilização de escravos em algumas modalidades de trabalho, como as de vaqueiro, por exemplo, já que exigiria certa liberdade da escravaria, o que poderia ser um atrativo para possíveis fugas. Conduzir o gado e levá-lo para os pastos distantes, assim como percorrer as extensões da propriedade,

³¹ SENA, D. M. de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*.

³² PROENÇA, A. C. *Pantanais: gente, tradição e história*, p. 81.

³³ *Processo 194*, caixa 06, 1850 – APMT.

daria muita liberdade aos cativos que assim estariam longe dos olhos dos seus donos ou feitores. Nesse sentido, utilizar a mão de obra livre seria mais viável que despender parte da escravaria para esse tipo de trabalho.

Outros proprietários da região também utilizavam de mão de obra livre, dentre eles o Capitão João José Gomes, que tinha, entre outros empregados, um camarada de nome Apolinário Duro na sua propriedade nas proximidades de Miranda³⁴. O proprietário Ricardo da Costa Leite de Almeida, de trinta de dois anos de idade, natural da província de Mato Grosso, casado e que vivia de suas agências, também utilizava dos serviços de homens que tinham por ocupação a de camarada, e que nos anos finais da primeira metade do século XIX contava com os serviços dos camaradas Leandro da Costa, José Francisco Rio e Rogeu Fernandes³⁵.

Camaradas eram contratados para realizar os mais variados tipos de atividades. Viajantes que percorreram a região, quando necessitavam de membros para as expedições fluviais ou terrestres, valiam-se dos serviços daqueles homens livres. Em 1837, Joaquim Francisco Lopes, encarregado de expedições pelo sul da província de Mato Grosso, ao viajar de Miranda para Cuiabá para levar as observações e mapas de suas expedições ao Presidente de Província José Antonio Pimenta Bueno, ao chegar a Albuquerque (Corumbá), necessitou de mão de obra para continuar a viagem pela via fluvial. Naquela localidade, ajustou o serviço de um crioulo de nome Cipriano e o filho do mesmo para servirem de guia naquela viagem³⁶.

O piloto, prático ou guia era o responsável em governar a canoa. Geralmente era alguém que conhecia o trajeto a ser percorrido, livrando as embarcações dos perigos e escolhendo os melhores lugares para repousar depois de um dia de viagem. Cipriano, o contratado por Joaquim Lopes, foi descrito como crioulo, possivelmente ele era um ex-escravo ou afrodescendente, que também vendia sua força de trabalho.

Nesse mesmo caso apresentado por Joaquim Lopes, é possível refletir sobre duas situações. A constituição de famílias por parte dos trabalhadores livres, já que Cipriano estava com seu filho, e que este último também estava

³⁴ LOPES, J. F. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba), p. 43.

³⁵ *Processo 194*, caixa 06, 1850 – APMT.

³⁶ LOPES, J. F. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba), p. 44.

trabalhando e/ou aprendendo a trabalhar na mesma atividade que o pai sabia desenvolver, o que nos levar a imaginar que as ocupações daqueles sujeitos poderiam ser passadas de pai para filho.

Nesse sentido, é possível perceber que pessoas daquela camada da população estavam unidas por laços familiares, o que contrapõe a visão de muitos membros das elites, cronistas e viajantes que as observavam com olhares estereotipados, e generalizavam ao classificá-las como seres que não se fixavam num território, que não formavam famílias, e que eram desprovidos de laços familiares. Ao contrário dessa visão deturpada, eles constituíam família, formada por esposas, filhos (as) e demais parentes, e em alguns casos, estes os acompanhavam nas jornadas de trabalho. Assim aconteceu com um dos camaradas que viajou com Joaquim Francisco Lopes de Miranda até Camapuã no ano de 1836.

[...] saí de Miranda com ordem do Sr. Capitão Comandante João José Gomes, a levar socorro de mantimentos em Camapuã para Eleutério Nunes de Arruda, e levei em minha companhia três camaradas do dito Sr. Comandante a saber: Paulo Xavier dos Santos, Vitor Antônio de Oliveira e Inácio Laiana com sua mulher Maria Valentim.³⁷

Inácio Laiana ao ser destinado para trabalhar na viagem de condução de víveres de Miranda até Camapuã, não deixou de levar sua esposa Maria Valentim. Esse exemplo evidencia a presença de constituição familiar e de laços amorosos entre os trabalhadores livres no Baixo Paraguai.

Quanto ao acordo de trabalho, poderia durar pouco tempo, apenas para realizar uma atividade, ou poderia ser mais duradouro, como no caso de empregados ajustados nas propriedades rurais. Alguns se tornavam empregados de quem os contratava durante uma viagem, ou até mesmo o tempo para conduzir o patrão para ajustar (contratar) outro empregado. Nesse caso estava o camarada que Joaquim Francisco Lopes contratou quando viajava, em 1837, nas proximidades da Serra do Amolar, para levá-lo até um “guia dos campos”. O referido camarada o conduziu “por um mato atravessando uma baía, na casa de um morador na ponta de um morro” onde Joaquim Lopes ajustou os serviços de outro camarada de nome Antônio Francisco³⁸.

³⁷ LOPES, J. F. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba), p. 40.

³⁸ LOPES, J. F. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba), p. 46.

Próximas a Miranda e Albuquerque, as propriedades com plantação de alguns gêneros alimentícios como milho, arroz, feijão, mandioca etc. e com criação de gado utilizavam a mão de obra livre. Na primeira freguesia, além da Fazenda Pública que lá existia, possuía nas suas proximidades propriedades rurais. Esses estabelecimentos eram favorecidos pelo fato de “todo o terreno até Miranda, e para o sul, além do [rio] Mondego [ser] excelente para cultura, e mui rico em pastos; de maneira que o gado vacum e cavalari propaga exuberantemente”³⁹.

Para meados da década de 1820, Luiz D’Alincourt apresentava a Fazenda Pública de Betione, em Miranda, com 9.335 cabeças de gado vacum, e 775 do cavalari; e afirma que “maior seria o seu número se não faltasse a gente necessária para o costeiro”⁴⁰. Em carta escrita por ele ao Sr. João Gomes da Silveira Mendonça, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, datada de 10 de Novembro de 1824, enfatiza a necessidade de gente para trabalhar naquela propriedade, e afirma que

[...] é por isso centenas de cabeças andam espalhadas por esses campos sem marca, e morrem muitos bezeros, quando muito comodamente podiam haver os homens necessários pagos à custa desta fazenda, e até se devia já estabelecer outra sangrando esta, e depois seria o corte de Cuiabá fornecido deste gado em manifesto interesse da fazenda nacional.⁴¹

Pelas observações de Alincourt, se a Fazenda Betione possuísse trabalhadores livres pagos pelos cofres públicos, sua prosperidade seria verificada. Nesse sentido, é perceptível, mesmo que indiretamente, a importância daqueles trabalhadores para aquele tipo de serviço, bem como a necessidade deles para os cuidados do gado. A partir do momento em que aquela propriedade imperial tivesse tais homens para cuidar das reses, os lucros seriam aumentados, o que proporcionaria o estabelecimento de outra fazenda pública a partir dos ganhos com Betione, o que também ajudaria a abastecer de carne a cidade de Cuiabá, e então aumentar as rendas da Coroa Brasileira.

³⁹ ALINCOURT, L. D’. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D’Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, p. 341.

⁴⁰ ALINCOURT, L. D’. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D’Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, p. 341.

⁴¹ ALINCOURT, L. D’. Offício do Engenheiro Luiz D’Alincourt em 10 de novembro de 1824 – Contendo notícias Interessantes sobre a parte meridional da província de Matto-Grosso, p. 333.

Além dos trabalhadores vaqueiros⁴², nas propriedades rurais aparecia a figura do capataz, que era um administrador da fazenda ou chefe de um grupo de trabalhadores. Ele tinha a função de coordenar e fiscalizar a labuta dos demais empregados. Era uma pessoa com certa proximidade do patrão, a quem este último debitava certa confiança.

Homens com essas funções estavam presentes em algumas propriedades do Baixo Paraguai, como por exemplo, na Fazenda Forquilha, como descreve Joaquim Ferreira Lopes, em 1849.

Cheguei com efeito a Miranda onde tive o prazer de achar o Sr. Major João José Gomes, que estando fazendo o serviço na cidade de Cuiabá, veio com três meses de licença a estes lugares onde há pouco era meu digno comandante-geral [...]. Pedi ao Sr. Major uma canoa e alguns remeiros, o que ele fez aprontar com a brevidade que era possível; de maneira que dia 31 segui para a fazenda da Forquilha, subindo o Mondego dezesseis léguas que em tanto calculei essa boa navegação; esta fazenda é do mencionado Sr. major, e por consequência ele mandou franquear-me tudo quanto eu dela precisasse; e até mandou que seu *capataz*, José de Campos, e dois camaradas subissem também na canoa, por serem muito aptos nesse serviço, e eu subi por terra, costeando o rio pela margem direita, visto ser tudo por campo, apesar de coberto, como são quase todos da serra de Maracaju para o lado do rio Paraguai. (Grifos meus).⁴³

Encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai, no final da primeira metade do século XIX, Joaquim Francisco Lopes precisou de homens para trabalhar naquela expedição. Amparado pelo Major João José Gomes, ele obteve os elementos para seguir na investida, bem como trabalhadores livres. Os dois camaradas e o capataz que trabalhavam na fazenda do citado Major, foram direcionados para a navegação fluvial, o que contribuiu para pensar na variedade de serviços que aqueles livres e pobres também pudessem desenvolver, já que, o próprio Lopes enfatizou que eles eram muito aptos naquela ocupação.

⁴² Dentre esses trabalhadores existiam os camaradas que trabalhavam nos cuidados do gado, como afirmado anteriormente, e também homens que se classificavam e/ou eram classificados apenas como vaqueiros.

⁴³ LOPES, J. F. Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai, p. 103-104.

Sendo assim, é possível perceber, mesmo que esparsamente, a presença e participação de trabalhadores livres nas propriedades rurais e nas freguesias situadas no Baixo Paraguai. As pessoas que tinham cabedal para ajustar um trabalhador livre, eram, por exemplo, os grandes proprietários rurais que por sinal eram membros das elites políticas e/ou das forças militares da região. Pessoas como Joaquim José Gomes da Silva, que em 1862, aos 37 anos de idade, recebeu o título de Barão de Vila Maria⁴⁴.

Com a Guerra do Paraguai e a invasão de Coimbra e Albuquerque pelos inimigos, fez com que boa parte da população fugisse, abandonando casas e propriedades. Os trabalhadores livres, quando não direcionados para o conflito, fugiram com suas famílias e/ou com seus respectivos patrões⁴⁵. A presença e participação daqueles indivíduos em algumas atividades de trabalho no Baixo Paraguai, como foram verificadas anteriormente ao Conflito, só retornariam após o seu término.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surgidos primeiramente como medida para proteger a região das invasões castelhanas nas terras da Colônia Portuguesa, e depois para bloquear os avanços paraguaios nas possessões do Império do Brasil, os povoados e estabelecimentos do Baixo Paraguai gradativamente foram ocupados para o desenvolvimento de atividades outras, dentre elas a criação de gado. Além de militares, a região recebeu pessoas que formaram propriedades rurais e que pertenciam ou não às famílias das elites provinciais. Recebeu também, escravos e pessoas livres e pobres que estiveram presente nas freguesias/vilas e nos espaços rurais.

Solteiros, casados, com filhos ou sem estes, os homens livres e pobres estavam envolvidos em afazeres e relações tecidas no cotidiano com escravos e senhores. Alguns eram provenientes das misturas entre índios, brancos e negros, e outros entre os próprios mestiços. Essas informações colaboram para revelar a heterogeneidade de pessoas pertencentes à camada livre e pobre que moravam/trabalhavam no Baixo Paraguai, e que contribuíram para dinâmica daquela faixa de fronteira.

⁴⁴ PROENÇA, A. C. *Pantanal: gente, tradição e história*, p. 82.

⁴⁵ PROENÇA, A. C. *Pantanal: gente, tradição e história*, p. 85.

Artigo recebido em 19 de julho de 2010.

Aprovado em 28 de outubro de 2010.

FONTES

ALINCOURT, Luiz D'. Offício do Engenheiro Luiz D'Alincourt em 10 de novembro de 1824 – Contendo notícias Interessantes sobre a parte meridional da província de Matto-Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XX, p. 332-334, 3º trimestre de 1857.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Primeira – Statística Geographica e Natural. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. III, p. 68-161 e p. 225-278, 1877-1878.

_____. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statística Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 54.

_____. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá, 1824. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XX, p. 334-345, 3º trimestre de 1857.

DESCRIÇÃO Estatística da Capitania de Mato Grosso no ano de 1818. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, tomo XX, p. 313, 2º trimestre de 1857.

ELLIOT, J. H. Itinerario das viagens exploradoras emprehendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, segunda série, tomo terceiro, p. 153-177, 1848.

EXTRACTO do mappa de população de 1800, que em Pernambuco me deu Caetano Pinto de Miranda em 1807. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, tomo XX, p. 281, 2º trimestre de 1857.

FALA com que o Presidente da Província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839, p. 87. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: 17 ago. 2008.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Trad. de Visconde de Taunay. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, 1862.

LOPES, Joaquim Francisco de. 1829 a 1839 – Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba). In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007^a, p. 09-61. Série Relatos Históricos, v. II. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

LOPES, Joaquim Francisco de. Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso pelo Baixo Paraguai. In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007b, p. 91-114. Série Relatos Históricos, v. II. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2009.

PROCESSO 194, caixa 06, 1850. Fundo Tribunal de Relações. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862. Cuiabá: Typ. Do Matto-Grosso, 1864. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

RELATÓRIO com que entregou a administração desta Província o Exmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osório, vice presidente ao Exmo. Sr. Chefe de Divisão Joaquim Raymundo De Lamare em 28 de fevereiro de 1858. Cuiabá: Typ. Do Not. Cuiabano, 1858. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso: 17 ago. 2008.

RELATÓRIO do Presidente de Mato Groso, Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1854. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

RELATÓRIO do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Tipografia do Echo Cuiabano, 1856. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

RELATÓRIO do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 31. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2008.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino – 1712-1728*. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/>>. Acesso em: mar. 2009.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – FFCH/PUC, Porto Alegre, 2003.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: gente, tradição e história*. 3. ed. Campo Grande: UFMS, 1997.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. 1993. 308f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 2010. 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

SILVA, Verone Cristina. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. 2001. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.